



COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO

CNPJs: 09.062.893/0001-74 e 09.062.893/0002-55



Secretaria de Logística e Transportes

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 2017

são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados, tampouco divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários ou Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para mitigar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre Receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Imposto sobre Serviço (ISS), pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos (Nota nº 19).

	2017	2016
Caixa Geral	2.538	1.959
Bancos Conta Movimento	-	165.079
	2.538	167.038
Aplicação Financeira	1.010.576	1.036.091
Tesouro do Estado	1	1
	1.010.577	1.036.092
	1.013.115	1.203.130

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber, pois as operações têm seu vencimento em 30 (trinta) dias, não havendo, assim, efeito relevante para sua evidência.

	2017	2016
Clientes	4.102.069	3.412.423
(-) Provisão de perda para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(1.598.983)	(2.087.034)
	2.503.086	1.325.389

Foi constituída a Provisão Para Devedores Duvidosos devido à expectativa de recebimento ser improvável dos seguintes clientes (Nota 5):

	2017	2016
Schahin Engenharia SLB Ltda.	1.153.106	7.461.515
	445.877	1.598.983

	2017	2016
6. Impostos a Recuperar		
IRRF	484.928	239.942
CSLL	179.540	49.792
IRPJ/CSLL	392.757	392.757
INSS	-	-
ISS	60	60
PIS/COFINS/CSLL	93.043	-
	1.150.328	682.551

	2017	2016
7. Realizável a Longo Prazo		
IRPJ sobre Prejuízo Fiscal	2.099.707	2.099.707
CSLL sobre Prejuízo Fiscal	755.894	755.894
	2.855.601	2.855.601

A Companhia Docas elaborou um Plano de Negócios para o quinquênio 2018-2022. O plano faz uma análise da atração de cargas pelo porto em função da dinâmica da economia e dos investimentos da interlândia e dos planos e realizações em infraestrutura no porto e no acesso terrestre. Merecem destaque a duplicação da Rodovia dos Tambois e a construção do Contorno de Sebastião, que servirá de acesso e suporte para o plano de ampliação do Porto, acompanhado do arrendamento de áreas. O plano também estuda o arrendamento de áreas hoje ociosas, o que viabilizará superávit a partir de 2020. O fluxo de caixa para o quadriênio, bem como a respectiva DRE, foram elaborados a partir de simulações de acréscimo de cargas e do arrendamento de áreas, associados a uma política de redução de custos. Nessa projeção, estimamos recuperar os créditos hoje deferidos no horizonte estudado.

	2017		2016	
	Depreciação	Custo	Líquido	Líquido
8. Imobilizado				
Dragagem				
Corretiva	4% a.a.	5.786.693	825.416	4.961.277
Benefeitorias				
Propriedades de Terceiros	4% a.a.	3.561.296	427.355	3.133.941
Móveis e Utensílios	10% a.a.	1.332.920	623.640	709.280
Veículos	25% a.a.	565.000	414.804	150.196
Instalações	10% a.a.	6.834.180	2.319.259	4.514.921
Máquinas e Equipamentos	10% a.a.	4.873.740	1.114.041	3.759.699
Hardware	20% a.a.	2.361.212	1.028.650	1.332.562
Obras				
Terra-plagem	4% a.a.	226.973.613	15.622.856	211.350.757
Obras em Andamento	-	-	-	-
		252.288.654	22.376.021	229.912.633
				239.945.010

	2017		2016	
	Amortização	Custo	Líquido	Líquido
9. Intangível				
Licenças de Uso (Software)	5,41% a.a.	18.753.034	4.979.896	13.773.138
Licenças Ambientais - L.O.	4%	28.163.232	6.901.747	21.261.485
Intangível em Andamento	-	-	-	-
		46.916.266	11.881.643	35.034.623
				35.397.474

10. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens

móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída, conforme Portaria ANTAQ nº 209, de 19 de outubro de 2007, foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 42.489.042 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e quarenta e dois reais).

	31/12/17	Adições/Transferências	Baixas/Transferências	31/12/16
Adiantamento Cliente	115.200	115.200	-	-
Garantias Concorrência	137.607	24.270	-	113.336
Empréstimos	-	-	470.000	470.000
Parcelamento Dersa	-	-	220.000	220.000
	252.807	139.470	690.000	803.336

12. Convênio DERSA: A Companhia possui empregados cedidos pela acionista Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), onde os gastos são integralmente ressarcidos, considerando que a Credora, desde 15/01/2008, cedeu funcionários para exercerem atividades junto à Devedora, considerando ainda que a respeito do quanto mencionado na consideranda acima, a DERSA permaneceu responsável pelas despesas e remunerações decorrentes da cessão de referidos funcionários até 31/03/2014, devendo ser reembolsada por tal motivo. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados por meio da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante.

	31/12/17	Adições/Transferências	Baixas/Transferências	31/12/16
Passivo Circulante	460.000	460.000	-	-
Passivo Não Circulante	4.570.283	-	460.000	5.030.283
	5.030.283	460.000	460.000	5.030.283

	2017	2016
13. Fornecedores		
Fornecedores Imobilizado	5.180.055	5.070.290
Fornecedores Outros	1.462.784	919.483
	6.642.839	5.989.773

A Companhia trabalha com prazo médio de 30 (trinta) dias para pagamento de seus fornecedores, motivo pelo qual o ajuste a valor presente foi considerado imaterial.

	2017	2016
14. Tributos a Recolher		
PASEP e COFINS	129.772	52.469
ISS	6.475	19.156
Impostos Retidos de Terceiros	30.707	148.515
	166.954	220.140

A Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, além de alterar a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita, obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Companhia optou pelo RTT, que determina que, para fins fiscais, sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **14.1. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014:** A Medida Provisória nº 627, publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), posteriormente convertida na Lei Federal nº 12.973, de 13 de maio de 2014, traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

	2017	2016
15. Encargos Sociais a Recolher		
13º Salário	-	-
INSS S/Folha	261.446	241.389
FGTS S/Folha	81.282	83.604
IRRF S/Folha	178.828	164.850
Contribuição Sindical	1.512	1.595
Outros	-	1
	523.068	491.438

	2017	2016
16. Provisões de Férias a Pagar		
Provisões de Férias	752.334	744.017
Provisões de Encargos S/Férias	282.400	269.907
	1.034.734	1.013.924

17. Provisão para Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica da DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. O DERSA atuou como operador do Porto de São Sebastião até o final do ano de 2007. Em sua gestão, passou a reestruturar as atividades portuárias, restringindo a ações mais gerenciais, quando então a movimentação de carga passou a ser realizada por operadores portuários previamente cadastrados. Nesse sentido, nos anos de 2003 e 2004, realizou dispensas imotivadas de empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Tais ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, adquiriram o direito de reintegração aos seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir com as determinações, a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Com a nulidade das dispensas declaradas nas decisões judiciais, o período de 6 a 7 anos em que os ex-empregados estiveram afastados, foi reconhecido como devido a título de salários.

	2017	Adição	Pagamentos	2016
Riscos Legais	1.070.000	1.070.000	-	-
Riscos Trabalhistas	4.932.934	6.653.166	5.298.500	3.578.268
	6.002.934	7.723.166	5.298.500	3.578.268

A Companhia está, ainda, envolvida em outros processos de natureza trabalhista, cujo valor totaliza R\$ 2.154.863,10 (Dois milhões cento e cinquenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e três reais e dez centavos) que, por apresentarem probabilidade de perda possível, não tem provisão constituída, na opinião de seus assessores jurídicos. No recinto alfandegado foi constatado o descumprimento de um dos requisitos técnicos e operacionais para o alfandegamento, que não disponibilizou os instrumentos e aparelhos de inspe-

ção não invasiva (*scanner*) exigidos para cargas em contêineres, não estando dispensado da exigência, sendo aplicada a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por dia, pelo descumprimento de requisito estabelecido pelo art. 34 da Lei nº 12.350/2010, mediante o Termo de Constatação nº 001/2016 e Auto de Infração nº 0812051/001/2016, recebido em 20/06/2017. Para efeitos suspensivos da cobrança diária da multa foi protocolada em 05/10/2017 a Solicitação de Alteração do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 20 de 12/03/2008, excluindo temporariamente a movimentação de contêineres das cargas do Porto de São Sebastião, o que totaliza 107 dias resultando a multa acumulada de R\$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais).

18. Capital Social: A Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 169.000.000 (cento e sessenta e nove milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 17.748.161 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 278.837.984 (duzentos e setenta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital", composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	R\$
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
2014	93.573.384
2015	26.116.982
2016	10.026.251
2017	0,00
Total	278.837.984

A deliberação CODEC 1/91 de 12.09.91, estabelece na seção V - Artigo 14, que as empresas em que o Estado participa, direta ou indiretamente como acionista majoritário, e que tenham em seus Estatutos Sociais especificação para autorização de aumento do limite do Capital Social autorizado, como também, do seu respectivo aumento, a ser deliberado pelo Conselho de Administração (inciso II do artigo 166 da Lei nº 6404/76), somente poderão realizar o aumento e autorizar as respectivas emissões de ações, após pronunciamento do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC. Por força da já citada Deliberação CODEC nº 1/91, a matéria deverá ser objeto de parecer preliminar daquele Colegiado, para posterior e oportuna deliberação do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião.

19. Despesas Administrativas e Custos Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		Custos Operacionais	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e Encargos	6.211.961	5.401.317	9.732.016	8.528.847
Utilidades	539.789	710.159	748.538	853.727
Serviços de Terceiros	1.552.320	2.025.665	1.214.668	1.661.604
Depreciações/Amortizações	9.442.539	4.486.761	4.179.824	3.210.106
Recuperação de PIS e COFINS	-	-	(142.973)	-
Despesas com Ocupação	634.324	888.624	34.220	26.858
Cessão de Pessoal	28.662	36.897	368.539	426.241
Taxas e Contribuições Diversas	-	-	215.415	-
Provisão para Contingências	7.723.166	2.087.034	-	-
Imposto Diferido	10.711.759	-	-	-
	36.844.520	15.673.336	16.350.247	14.966.922

20. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pelo imposto sobre Operações Financeiras e descontos concedidos. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2017	2016
Receitas Financeiras	116.956	402.617
Despesas Financeiras	(96.493)	(429.048)
Resultado Financeiro	20.463	(26.431)

21. Sentenças Judiciais: Conforme Decreto Estadual nº 62.841, de 29 de setembro de 2017, foi autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$5.084.278,00 (Cinco milhões, oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e oito reais) para pagamento de despesas com sentenças judiciais que encontravam-se à beira de determinação para penhora on-line, cuja efetivação, muito provavelmente, recairia sobre a conta dos recursos financeiros tanto das empresas quanto de seus administradores e membros do conselho administrativo. Para o exercício de 2017 foram utilizados R\$ 4.695.900 para pagamento das Sentenças Judiciais. A diferença entre a dotação orçamentária e o valor consumido, é de R\$ 388.378, que será utilizado em 2018.

22. Salários a Pagar: Em 2017 a Companhia teve um desembolso com Salários e encargos no montante de R\$ 15.943.977,00. Para quitação do débito a companhia fez uso de recursos próprios na importância de R\$ 2.884.120,00. Ficando pendente para pagamento R\$ 109. A Companhia passou a integrar o Orçamento Fiscal do Estado a partir de 2016, na condição de empresa dependente, com a edição da Lei nº 16.334 de 09 de dezembro de 2016, que autorizou a abertura de crédito especial. Referido crédito foi concedido com a edição do Decreto nº 62.331 de 20 de dezembro de 2016, destinando os recursos para a cobertura de despesas com pessoal e encargos. Em 2017 foi utilizado o montante de R\$ 6.572.712,00. Para o exercício de 2017, a lei orçamentária do Estado (Lei nº 16.347 de 29 de dezembro de 2016) alocou recursos do Tesouro para as despesas com pessoal e encargos da Companhia, no montante de R\$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais). Desse total, foram liquidados no ano R\$ 6.487.036,00, ficando os R\$ 212.964,00 inscritos em restos a pagar para 2018.

23. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitá-los, buscando coberturas compatíveis com seu porte e operação no mercado. Para tanto a Companhia possui duas apólices de seguros, quais sejam: **Seguro contra incêndio, raio, explosão / improprio, danos elétricos, roubo / furto qualificado, vendaval, contratado com a seguradora SOMPO Seguros. • Seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores (D&O), contratada com a seguradora Travelers.**

São Sebastião/SP, 06 de março de 2018

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, reunidos na Rua Iaiá, nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e demais documentos referentes ao término do citado exercício, deliberaram que as referidas pro-

postas reúnem condições de serem submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, por estarem de acordo com os artigos 12, 14, 166, 170 e 171 da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Parecer do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, reunidos na Rua Iaiá, nº 126, 9º andar, Itaim Bibi, no município de São Paulo/SP, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, analisaram o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e demais documentos referentes ao término do citado exercício; entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e contábil da Companhia, opinam pela sua conformidade e deliberaram que sejam submetidos aos acionistas para aprovação na Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 20 de março de 2018.

Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Administração
Marcelo Faria Rodrigues - Diretor Presidente	Maria de Fátima Alves Ferreira	Zulaiê Cobra Ribeiro
Olívio Francisco Salvador Perpetuo Socorro Araujo	Luiz Antonio Carvalho Pacheco	Roberto Yoshikazu Yamazaki
Diretor de Administração e Finanças	Carlos Roberto Ruas Junior	Luiz Felipe da Costa Santana
Mateus Draxler Damazio - Diretor de Gestão Portuária	Reynaldo Aben-Atar de Souza</	